

As mudanças no trabalho sexual

O trabalho sexual vem sofrendo uma grande transformação, sobretudo desde o início do séc. XXI. Ao mesmo tempo em que a quantidade de interações e de dinheiro envolvido nessa atividade cresceu de forma quase geométrica nos últimos anos, assim como a quantidade de homens/clientes e mulheres/prostitutas aumentou muito; a prostituição também se tornou mais complexa e heterogênea, quando comparada à tempos passados.

Essas transformações da prostituição e do que é ofertado pelas mulheres nessa atividade foram, de certa forma, uma resposta aos seguintes fenômenos: Os clientes, homens, passaram a demandar novos serviços, antes raros na atividade, tais como uma performance que abarque afeto, emoção e autenticidade sexual. Além disso, as diferentes posturas do Estado em relação à atividade (abolicionista ou regulamentarista, entre outras possibilidades) e o desenvolvimento da internet e das redes sociais tiveram um impacto decisivo para as mudanças no trabalho sexual. Vamos analisar cada um desses fatores.

Mudanças nos comportamentos e motivações dos clientes

No início do século XX, a prostituição era vista a partir de uma perspectiva de normalidade em relação ao comportamento masculino, inclusive ligando-se, em muitos autores, à existência e manutenção do casamento (Davis, 1937; Greenwald, 1958, apud Bernstein, 2008, p.326). A partir dos anos 1970 e 1980, a sociologia do desvio e as teorias feministas focaram seus trabalhos na prostituição enquanto fenômeno marginal e os aspectos que o condicionavam, ignorando o papel dos clientes no desenvolvimento da atividade, o que representou uma lacuna importante nas análises sobre esse fenômeno.

Para muitos autores, as transformações nas motivações dos clientes estão profundamente ligadas às transformações da masculinidade na modernidade. Há um enorme debate desde o início dos anos 1990 sobre essas mudanças e contestações sofridas pelos conceitos masculinos, sobretudo a partir da emergência da revolução

sexual e da segunda onda feminista, no anos 1960. Esse processo ficou conhecido como *Crise da Masculinidade*¹.

Para Giddens², a transformação da intimidade na modernidade aconteceu através de vários processos distintos: houve um aumento da relação entre as tendências globalizantes e os eventos da vida cotidiana, fazendo com que as pessoas ficassem mais expostas às influências modernas; a construção do *eu* como projeto reflexivo, característica fundamental para o próprio conceito de modernidade de Giddens, foi reforçado, assim como houve um fortalecimento das ideias de autorrealização e autossatisfação, “que não é apenas uma defesa narcisista contra um mundo externo ameaçador, sobre o qual os indivíduos têm pouco controle, mas também em parte uma apropriação positiva de circunstâncias nas quais as influências globalizadas invadem a vida cotidiana”. (Giddens, 1993, p.126)

A evolução da condição da mulher se inclui na reflexividade da modernidade, uma vez que a discussão feminista questionou muitas bases sobre as quais estavam assentadas as relações entre homens e mulheres: sexo, casamento, amor, prazer, entre outros tantos temas. Assim, as mulheres foram, para Giddens, protagonistas no processo de transformação da intimidade na sociedade moderna. Os casamentos deixaram de ser arranjados, a reprodução foi colocada sob controle de homens e mulheres, o sexo e o prazer se dissociaram da gravidez e as funções familiares foram fortemente alteradas e abaladas (Giddens, 1993, p.67).

O casamento, por exemplo, sofreu um forte abalo em sua estrutura ideológica, uma vez que hoje em dia os jovens não saem da casa dos pais para se casar, mas sim para ter uma vida independente e depois – talvez – se casarem. Para Giddens, o “discurso do nós”, presente no passado na lógica do casamento (sobretudo entre as mulheres, sempre dispostas a se sacrificarem pela relação, família e filhos), vem dando espaço ao “discurso do ‘eu’”, mais individualizante e autorreferente: “o paradoxo é que

¹ Entre os que teorizaram com mais profundidade sobre essas mudanças sociais e seus impactos na vida afetiva e sexual de nossas sociedades modernas, podemos citar alguns, sem ser exaustivo, como Anthony Giddens, em *As Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas* (1993); John MacInnes, com *The End of Masculinity* (1998); Sally Robinson, com *Marked Men: White Masculinity in Crisis* (2000); Matthew Guttman, em *The Meanings of Macho: Being a Man in Mexico City* (2006); Eric Anderson, com *Inclusive Masculinity: The Changing Nature of Masculinities* (2009) e Ross Honeywill, em *The Man Problem: Destructive Masculinity in Western Culture* (2016).

² Para ficarmos apenas em um autor de mais destaque, uma vez que esta é uma discussão secundária para este trabalho.

o casamento é utilizado como um meio para se alcançar uma certa autonomia”. (Giddens, 1993, p.67)

Giddens, assim como outros autores como Honeywell (2016) ou MacInnes (1998), destaca que, sexualmente, homens e mulheres ainda carregam muitos valores tradicionais. Muitos homens, por exemplo, interpretam a atividade sexual como um conquista. Assim, o autor destaca que, reflexivamente, a massa dos homens está atrasada em relação às mulheres quando o assunto é sexualidade e relacionamentos, porque seu processo de reflexão sobre a condição masculina é retardatário em relação ao que o feminismo vem fazendo há mais de um século.

A partir do momento em que passa a existir uma negociação da sexualidade nos relacionamentos, as mulheres passam a ser reconhecidas como seres que também desejam o sexo e a satisfação sexual. Assim, Giddens presume a existência de uma certa igualdade sexual entre homens e mulheres na modernidade, pressupondo que a sexualidade masculina perde um pouco de sentido uma vez que a sedução, que compreendia o outro como “presa” deixa de fazer sentido.

Dessa forma, Giddens constrói um “modelo compensatório” (Bernstein, 2008) para a relação entre os homens e a prostituição. O autor pretende explicar pelo menos uma parte da existência e crescimento da prostituição na modernidade através do conceito de *sexualidade episódica*. Essa expressão sexual, para ele, é tipicamente masculina e se concretiza na prostituição, já que pretende neutralizar a relativa emancipação – sobretudo sexual – das mulheres e é onde os homens procuram estabelecer relacionamentos sem ameaça de cobranças e disputas por parte das mulheres.

Em suma, para Giddens, a prostituição pode ser vista a partir da perspectiva do domínio, como uma expressão de uma sexualidade masculina pré-moderna que não consegue lidar com a crescente liberdade sexual feminina e sua consequente contestação ao poder e às vontades do homem. Bernstein (2008) retoma esse debate, que desenvolverei mais adiante.

A partir dessa argumentação, as ideias de Giddens corroboram as teorias acerca da “masculinidade hegemônica” (Connell, 1995): um conjunto de ideias que reúnem as expectativas do que é *ser homem*, que sobreviveram à decadência das sociedades tradicionais e chegaram até os dias de hoje. Segundo esse modelo, espera-se que os homens tenha um certo controle sobre suas emoções, separando-as de sua constante

disponibilidade sexual. A valorização dos afetos caracterizaria, nesse paradigma, um traço não desejável, mais ligado ao universo feminino (Connell, 1995).

Dessa maneira, o debate de Giddens sobre as transformações da sexualidade moderna, pode nos levar a uma visão menos complexa dessas mudanças do que elas realmente aconteceram. Autores como Sacramento (2006) questionam o paradigma da masculinidade hegemônica por apresentar a prostituição apenas como um lugar onde os homens exercitariam sua virilidade e domínio, cada vez mais contestados no conjunto de suas outras relações sociais.

Mas como essa “crise da masculinidade” afetou a prostituição, de forma mais prática?

Para Bernstein (2008), apenas a partir dos anos 2000 começaram a surgir alguns trabalhos sobre o comportamento dos clientes e suas motivações dentro do mercado sexual. Alguns desses autores relacionaram os motivos da procura pela prostituição a fatores sócio-demográficos (Sullivan e Simon, 1998 apud Bernstein, 2008) ou frustrações pessoais, tais como sentir-se indesejado ou sexualmente insatisfeito. Otávio Sacramento, em pesquisa realizada em bordéis portugueses, dá destaque a esses fatores destacando, por exemplo, o grupo de clientes “sexualmente indigentes”, homens com algumas dificuldades sexuais e baixa autoestima. (Sacramento, 2006, p. 162).

Monto (2010) indica que a maioria dos clientes possui uma visão mercantilizada da sexualidade, que é medida pelo número de parceiras que possui, trazendo um comportamento sexual mais “compulsivo”, uma vez que procuram “conquistar” o maior número de mulheres possível, buscando o máximo de variedade sexual (Monto, 2010, p.250). Essa argumentação segue a linha inaugurada por Giddens (1993) ao afirmar que há muitos resquícios tradicionais em nossa sexualidade moderna, sobretudo entre os homens.

Entretanto, essa autora chama a atenção para a complexidade das motivações que envolvem a procura por sexo pago. Para além da atração sexual, muitos homens buscam prostitutas a procura de intimidade emocional e uma relação mais profunda e recíproca com essas mulheres. Voltaremos com esse debate mais adiante.

Outros autores, como McKeganey e Barnard (1996), procuraram estabelecer uma tipologia mais específica de motivações masculinas para o acesso à prostituição. entre essas motivações pode-se citar o desejo por uma maior variação sexual, o acesso à parceiras com características físicas preferidas, a atração pelo sexo “furtivo”, problemas

matrimoniais, solidão ou, por fim, o desejo de manutenção de seu poder, através da dominação sexual e econômica (Bigot, 2009).

Esses estudos focados nos clientes, que comentei brevemente, possuem dois problemas, na visão de Bernstein (2008): Por um lado apresentam a expressão da sexualidade dos clientes à margem de qualquer afetividade e sentimentalidade, orientando-os apenas para o reforço de sua virilidade e poder. Por outro lado, esses estudos abordam a masculinidade como algo estático, estável e “trans-histórico”, desconsiderando os impactos sofridos pelos homens pelo poderoso processo de transformação social das últimas décadas. (Bernstein, 2008, p. 328) Ora, como os homens têm vivido em seu cotidiano os impactos das transformações sexuais e sociais?

Para Bernstein (2008), apenas dois trabalhos se dedicaram a analisar as motivações dos clientes a partir de uma perspectiva de mudança no *ethos* sexual masculino: os trabalhos de Allison (1994) e Prasad (1999). Allison, a partir da observação do trabalho das *hostesses* de um clube noturno em Tóquio afirma que a companhia paga passou a ser vista pelos homens como entretenimento, o que pode ser visto como uma característica de uma sociedade onde o capitalismo já atingiu um estágio bastante avançado, uma vez que a moralidade tradicional vai dando espaço às relações comerciais (Allison, 1994 apud Bernstein, 2008, p.329). É a ascensão do modelo “recreativo” de que trataremos mais adiante.

Prasad (1999) também confirma essa tendência, uma vez que sustenta que a prostituição atual possui uma moralidade específica das sociedades de consumo de massa:

“os consumidores conduzem o intercâmbio da prostituição de formas que não são muito diferentes de como a maioria dos intercâmbios de mercado são conduzidos hoje: informações sobre a prostituição não se restringem a uma elite, mas estão amplamente disponíveis; configurações sociais enquadram a interpretação dessa informação; a criminalização da prostituição não dificulta de maneira particular o intercâmbio; e o fato do intercâmbio continuar ou não é frequentemente ditado pela boa condução do negócio. Em resumo, de acordo com esses entrevistados [de sua pesquisa], no capitalismo tardio da América o sexo é intercambiado quase como qualquer outro bem.”
(Prasad, 1999, p.181 apud Bernstein, 2008, p. 329)

Dessa forma, é possível perceber, sobretudo a partir da última década do século XX, uma transição de um modelo sexual-relacional (que foi hegemônico até então), para um modelo sexual-recreativo (Bernstein, 2008, p.330). Assim, podemos agrupar os

argumentos que ligam as motivações dos clientes ao crescimento e complexificação da prostituição em duas linhas básicas de raciocínio: argumentos compensatórios encontrados, por exemplo, em Bigot (2009) ou Giddens (1993), entre outros, onde o cliente procura a prostituição como reafirmação do seu abalado papel de dominação social e sexual; ou também, como descreve Kimmel (2000, apud Bernstein, 2008), como contrapartida à crescente perda de poder econômico pelo homem.

Outra linha de raciocínio, iniciada por Allison (1994) e Prasad (1999) e aprofundada por Bernstein (2008) repousa sobre a análise da sexualidade masculina numa sociedade que vive profundas transformações históricas e sexuais. Assim, para essa autora, os clientes compram a fantasia de um encontro sexual especial, romântico, desejado mutuamente, mas delimitado no tempo e no espaço, algo até então muito raro em outros contextos de prostituição (Bernstein, 2008, p. 332).

Dessa forma, passam a interessar aos clientes características que vão além das físicas e sexuais:

“Os clientes por mim entrevistados eram similarmente propensos a expressar variações da afirmação: ‘se o tratamento dela é frio ou mecânico, eu não estou interessado’. Os redatores de guias para clientes de serviços sexuais disponíveis na web, como o ‘The World Sex Guide’, são similarmente críticos às trabalhadoras sexuais que ‘controlam o tempo’, são ‘muito apressadas e impositivas’, que ‘não querem abraçar ou beijar’, ou que ‘pedem que o sexo seja comum, ordinário’”.
(Bernstein, 2008, p. 339-340)

Assim, na maioria dos contextos de prostituição atuais, o que o cliente procura é uma ligação erótica que envolva mais intimidade e afeto, e que seja minimamente autêntica (Bigot, 2009; Bernstein, 2008; Sacramento, 2006). Por isso, uma dos fatores a serem considerados para compreendermos a decadência da prostituição de rua, sobretudo nos países do primeiro mundo, é a incapacidade das mulheres desses espaços de prover um serviço mais personalizado e autêntico, aos olhos do cliente:

“relações com acompanhantes, em oposição à prostitutas de rua, são usualmente mais prolongadas [...], mais propensas a acontecer em ambientes confortáveis [...], e mais predispostas a incluir conversas, assim como uma diversidade de atividades sexuais. [...] O fato de que no comércio sexual a prostituição de rua constitui, hoje, um setor marginal e em declínio significa que o lugar da transação associada ao ‘desafogo sexual’ rápido e impessoal, cada vez mais está sendo ocupado por outra, configurada para estimular a fantasia de uma reciprocidade sensual, uma fantasia salvaguardada pela concessão do pagamento”.

Uma autora que também discutiu essas motivações mais *emocionais e afetivas* dos clientes foi Katherine Frank, em seu livro *G-Strings and Simpathy* de 2002. Nele, a pesquisadora debate, a partir de um longo trabalho de campo em clubs de *strip tease*, as motivações dos clientes que procuravam esses espaços, ou seja, que “não desejavam o alívio sexual imediato” (Frank, 2002, p.xxiii), uma vez que frequentavam esse tipo de clube, e não bordéis.

Para Frank, as motivações dos clientes podem ser categorizadas em dois tipos: em primeiro lugar, na linha dos argumentos *compensatórios*, os clientes procuravam os *strip clubs* para “ter interações com mulheres sem risco de rejeição” (Frank, 2002, p.110), diminuindo a ansiedade sobre suas performances de sedução ou sexuais; os homens também buscavam, para Frank, encontros que estivessem isentos das transformações sociais dos papéis de gênero, sobretudo das transformações que reduziam os privilégios masculinos.

Por outro lado, para Frank, uma questão fundamental para os clientes dos *strip clubs*, para além das citadas, era a busca por *autenticidade* das dançarinas. Para dar aos clientes a sensação de que estavam vivendo uma conexão mais sincera e autêntica, as mulheres desenvolveram uma série de técnicas, como dar seu nome “verdadeiro” aos clientes que perguntavam, por exemplo. Nós voltaremos a esse tema mais tarde.

Janet Lever e Deanne Dolnick (2010), ao compararem o trabalho das prostitutas de rua e de *call girls*³, destacam que as profissionais do sexo poder “vender” tanto sexo quanto intimidade e afeto, na forma do que tem se convencido chamar de *girlfriend experience*. Entretanto, as autoras defendem que as prostitutas de rua, pela natureza e condições de seu trabalho, não consegue fornecer afeto e intimidade aos clientes, sendo por isso menos remunerada e mais estigmatizada. As *call girls*, por outro lado, por cobrarem bem mais caro pelo seus serviços, têm acesso a clientes mais privilegiados economicamente, que podem pagar mais e assim tem mais tempo, assim como mais acesso a uma maior experiência de intimidade, com a presença no programa de carinho, beijos, conversas e companhia (Lever, Dolnick, 2010, p. 188).

Entre as conclusões de sua pesquisa, Lever e Dolnick (2010) afirmam que as *call girls* (ao contrário de suas parceiras que trabalham nas ruas) estão mais abertas a

³ O que se aproxima do que aqui chamamos de “prostituta de luxo”, que anuncia pela internet e faz seus contatos por telefone.

estabelecer relações mais longas e íntimas com clientes *habitués*, além das suas interações com esses homens estarem marcadas por mais conversa, carinho e satisfação sexual recíproca. Os seus preços mais altos são justificados pelas mulheres desse grupo como condição para um programa realizado num lugar mais privativo, seguro e confortável. Entretanto, por causa dessas características, os próprios clientes passam a esperar mais afeto e intimidade nessas interações (Lever, Dolnick, 2010, p. 199).

Posturas do Estado em relação à prostituição: Repressão e Normatização

A partir dos anos 1990, a intervenção do Estado na prostituição em muitos países desenvolvidos causou uma grande reconfiguração no mercado sexual. Até então, ou os governos ignoravam a atividade, ou a proibiam, fechando o cerco sobre a atividade das mulheres, como aconteceu na França, por exemplo. Outra alternativa era a regulamentação, com os já famosos exemplos da Holanda, Alemanha ou do estado de Nevada, nos EUA.

Entretanto, alguns governos, já na virada do século XX para o XXI, mobilizaram argumentos feministas no combate à prostituição, passando a criminalizar os clientes de forma unilateral, sobretudo na Suécia e em alguns estados americanos, como a Califórnia, caso analisado por Bernstein (2007; 2008).

Dessa forma, enquanto o mercado sexual viveu um intenso crescimento e diversificação entre os anos 1990 e hoje em dia, ele também passou por um processo de forte repressão de suas formas mais pobres e públicas nos países centrais. Para Bernstein (2008) esses dois fenômenos configuram o principal paradoxo ligado à prostituição nos dias de hoje: ao mesmo tempo em que o consumo do sexo foi sendo *normalizado*, sobretudo do ponto de vista moral, ele passou a ser mais *problematizado*, sobretudo a partir da atuação estatal:

“o consumo comercial de sexo está sendo simultaneamente normalizado e problematizado, e esses dois fenômenos estão conectados. Subjacente à falta de atenção à recente criminalização do comportamento do consumidor, dois outros elementos-chave da sociedade do capitalismo tardio são negligenciados: a relação entre a pobreza pós-industrial e a gentrificação, e o impulso normativo de algumas feministas no sentido de reter um modelo modernista de intimidade sexual delimitada de maneira relacional. [...] As campanhas contemporâneas contra a prostituição, contrastando com as disputas morais de um século atrás, estão predominantemente preocupadas em

limpar os setores inferiores, com suas questões espinhosas de uma indústria que, basicamente, não é incomodada, contanto que permaneça atrás de portas fechadas ou, o que é melhor ainda, online [...] Os esforços para erradicar os segmentos mais problemáticos da indústria [sexual], implicitamente, servem para legitimar as partes não problemáticas que permanecem”. (Bernstein, 2008, p. 353-354)

Em nossos contextos podemos observar esse paradoxo com bastante clareza. Em Belo Horizonte, por exemplo, podemos observar, nos últimos anos, inúmeras investidas do poder público e da polícia contra a região da rua dos Guaicurus e também contra outros espaços de prostituição de rua, como a avenida Afonso Pena⁴. Ao mesmo tempo, observa-se um enorme crescimento do comércio sexual mediado por sites e aplicativos de relacionamentos. Debatarei esse tema mais adiante.

Como Bernstein afirma, a repressão à prostituição de rua possui uma íntima ligação com o processo de *gentrificação* que muitas cidades vem sofrendo. Para ela, na medida em que esse processo vai se espalhando pela cidade, os espaços de prostituição de rua vão ficando cada vez mais isolados e pressionados, sendo objeto de uma maior quantidade de operações policiais, além de se tornarem alvo da pressão de residentes e comerciantes (Bernstein, 2007, p.66).

Na medida em que o assédio da polícia cresce, assim como as pressões da comunidade e do poder público, as prostitutas que trabalham na rua passam a ter algumas opções (Bernstein, 2007, p. 67): Passaram a anunciar em espaços online, onde colocaram propagandas e ensaios fotográficos, junto de seus números e celular; ou migraram para *strip clubs* e boates, que se espalham de forma mais discreta pela cidade. Apesar de Bernstein ter verificado esse processo em São Francisco, EUA, pude observar movimento semelhante, não somente em Belo Horizonte, mas também em São Paulo onde, sobretudo as mulheres mais novas e com alguma escolaridade procuravam meios de sair da “zona boêmia” para formas de trabalho sexual melhor remunerados e menos estigmatizados.

⁴ Numa rápida pesquisa pela *web*, é possível encontrar dezenas de reportagens sobre a repressão à zona boêmia e à prostituição de rua em geral. A título de exemplo: <http://www.otempo.com.br/super-noticia/pol%C3%ADcia-fecha-cerco-aos-prost%C3%ADbulos-de-bh-1.100934> (agosto de 2011). <http://hojeemdia.com.br/horizontes/pol%C3%ADcia-militar-realiza-opera%C3%A7%C3%A3o-de-combate-%C3%A0-extors%C3%A3o-em-hot%C3%A9is-de-travestis-na-capital-1.461884> (maio de 2017).

Bernstein conduziu observações etnográficas, além de São Francisco, também em Amsterdã e Estocolmo, para analisar quais foram os efeitos da ação desses Estados no comércio sexual. Holanda e Suécia representam duas concepções antagônicas sobre a atuação estatal e também sobre a posição que o feminismo (que influenciou essas políticas) possui sobre a prostituição (Bernstein, 2007, p. 145).

Em 1998, a Suécia se tornou o primeiro país a considerar a prostituição como uma forma de violência de gênero e passou a criminalizar a atividade, focando unicamente na punição aos clientes. Em 2000, a Holanda aprovou uma série de leis que transformaram o comércio sexual numa atividade plenamente regularizada e legalizada, removendo a atividade dos códigos penais e estabelecendo uma série de regras profissionais, de higiene e de segurança (Bernstein, 2007, p.145).

Entretanto, para a autora, tanto na Suécia quanto na Holanda (assim como nos EUA), apesar de tantas diferenças entre a postura do Estado em relação à prostituição, os resultados dessas políticas foram parecidos:

“Em São Francisco, Estocolmo e Amsterdã três diferentes versões da política de reformas do fim dos anos 1990 resultaram numa série parecida de alterações na geografia social do comércio sexual: a retirada da prostituição de rua, economicamente desfavorecida e racialmente marginalizada e de seus clientes dos centros das cidades em processo de gentrificação; a tolerância na prática de uma pequena camada de prostitutas relativamente privilegiadas que trabalham indoor e seus clientes; e a condução das prostitutas imigrantes ilegais para espaços mais clandestinos.
(Bernstein, 2007, p.146 – tradução minha⁵)

Dessa forma, para Bernstein, é interessante observar que, mesmo que a atuação dos Estados na Europa e nos EUA tenha sido muito diversa dos anos 1990 até hoje, essas ações tiveram uma íntima relação com a tendência à eliminação da prostituição das ruas, numa tentativa de “limpar” e gentrificar as antigas áreas degradadas das cidades, assim como também se relacionam a tolerância na prática à prostituição fechada em *strip clubs*, bordéis de luxo e boates, além da prostituição online. Para a autora, o foco comum da ação desses Estados foi a “eliminação das manifestações

⁵ “In San Francisco, Stockholm and Amsterdam, three quite disparate versions of policy reform in the late 1990s resulted in a common series of alterations to the social geography of sexual commerce: the removal of economically disenfranchised and racially marginalized streetwalkers and their customers from gentrifying city centers; the *de facto* tolerance of a small tier of predominantly white and relatively privileged indoor clients and workers; and the driving of illegal migrant sex workers further underground”. (original)

visíveis de pobreza e desvio dos espaços urbanos, mais do que a [repressão à] troca de sexo por dinheiro em si” (Bernstein, 2007, p. 164 – tradução minha⁶).

Para além dos países desenvolvidos esse processo, como comentei anteriormente, pode ser claramente observado no contexto brasileiro, com fortes campanhas feitas contra os tradicionais – e degradados – espaços de prostituição popular e de rua das grandes cidades. Além dos episódios que citei sobre Belo Horizonte, podemos também observar a forte pressão sobre a Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, ou o avanço da repressão e vigilância na região da Luz, no centro de São Paulo. Ao mesmo tempo que vai atacando a prostituição na sua forma mais visível, pobre e estigmatizada, o Estado passa a tolerar a atividade em suas formas mais “requintadas”, nas boates, casas de massagens, “clínicas”, privês e nos inúmeros ambientes *online*.

Sobre este ponto Bernstein (2007) destaca que a prostituição deixou de ser, nas últimas décadas, especialmente estigmatizada, concentrada em bairros, guetos ou ruas determinadas. Esta forma mais antiga de organização espacial aproxima-se do conceito de “região moral” de Park (1979) e fortalecia a estigmatização da atividade. Claro que este tipo de organização espacial ainda pode ser encontrada, como podemos observar, por exemplo, na região da rua dos Guaicurus. Entretanto, com a emergência de uma prostituição mais íntima, mistificada e personalizada os clientes passaram a ter outros meios de procurar serviços sexuais, como a internet, por exemplo. Assim, a prostituição passa a estar distribuída pela cidade de forma mais difusa, gerando assim, uma estigmatização menor.

Ronald Weitzer também faz um debate interessante sobre como as diferentes políticas estatais impactaram o mercado do sexo. Em *Sex Work: Paradigms and Policies* (2010), ele faz um panorama da ação do Estado, sobretudo na Europa Ocidental e nos EUA nas últimas três décadas. Em suma, Weitzer concorda com Bernstein ao constatar que as consequências da ação dos governos geraram movimentos paradoxais: ao mesmo tempo em que se problematizou e reprimiu cada vez mais a prostituição de rua, o Estado foi tolerando e até normatizando a prostituição *indoor*, como os bordéis e os *strip clubs*.

De acordo com este autor, algumas políticas estatais foram influenciadas por uma tradicional visão acadêmica sobre a prostituição: *o paradigma da opressão*

⁶ “[...] the common focus of state intervention has been on eliminating the visible manifestations of poverty and deviance from urban spaces, rather than the exchange of sex for money per se”. (original)

(Weitzer, 2010, p.5). Esse paradigma é herdeiro, sobretudo, do feminismo radical, e vê a prostituição, em todas as suas formas, como uma expressão das desigualdades de gênero e da exploração e degradação da mulher. Alguns governos que reprimiram a prostituição com mais força, como a Suécia ou a França foram, para Weitzer, influenciados por essa visão.

O contraponto à essa perspectiva, que também influenciou alguns Estados em suas políticas públicas em relação ao trabalho sexual é o que o autor chama de *paradigma do empoderamento* (Weitzer, 2010, p.5). Essa visão, que muito deve ao feminismo liberal, considera a prostituição como um trabalho, mediado pela capacidade de agência das mulheres implicadas nele, podendo ser empoderador para elas. Assim, ele desconsidera as relações de exploração ou de dominação para focar mais nos aspectos econômicos, relacionando o trabalho sexual com qualquer outro tipo de serviço. Esse tipo de visão inspirou, de acordo com o autor, políticas de legalização, como as colocadas em prática pelo governo holandês.

Apesar da força desses dois paradigmas, Weitzer faz uma crítica a ambos, na medida em que são perspectivas generalizadoras, essencialistas, que não dão conta de explicar a imensa heterogeneidade da prostituição. Dessa forma, ele propõe um novo paradigma, *polimorfo*, que dê conta de considerar a grande variação de “arranjos ocupacionais, relações de poder e experiências de trabalho” (Weitzer, 2010, p.6):

“Um grupo crescente de estudiosos está investigando várias dimensões do trabalho [sexual], em diferentes contextos, e seus estudos documentam variações substanciais na forma como o trabalho sexual é organizado e experimentado por prostitutas, clientes e gerentes. Todos esses estudos minam alguns mitos profundamente enraizados sobre a prostituição e apresentar um desafio para aqueles escritores e ativistas que abraçam paradigmas monolíticos. A vitimização, a exploração, a escolha, a satisfação no trabalho, a autoestima e outras dimensões devem ser tratadas como variáveis (não constantes) que diferem entre tipos de trabalho sexual, locais geográficos e outras condições estruturais e organizacionais”.
(Weitzer, 2010, p.6 – tradução minha⁷)

⁷A growing number of scholars are researching various dimensions of the work, in different contexts, and their studies document substantial variation in how sex work is organized and experienced by workers, clients, and managers. Together, these studies undermine some deep-rooted myths about

Feita essa distinção teórica, Weitzer afirma que os diversos tipos de intervenção estatal dos anos 1990 até hoje aumentaram o profundo fosso que divide a prostituição de rua dos espaços de prostituição *indoor*. Ao passo que, independentemente das políticas estatais⁸, o grupo que mais sofreu repressão foram as prostitutas que trabalham na rua, em sua maioria, no caso dos Estados Unidos e dos países europeus, mulheres em situação mais frágil socialmente (negras, pobres, migrantes), a prostituição fechada/*indoor*, foi sendo mais tolerada, embora ainda ilegal na maioria dos países (Weitzer, 2010)

Esse universo *indoor*, fechado aos olhos do conjunto social, passou a ser mais tolerado por dois motivos, sobretudo: em primeiro lugar, porque a *vitimização* das mulheres nesses ambientes é muito baixa, ou seja, é um modelo de trabalho sexual que não proporciona grandes problemas para o Estado, em termos de saúde ou de segurança pública. Ao mesmo tempo, são espaços mais discretos, menos estigmatizados, causando menos constrangimento social à vizinhança e à sociedade como um todo⁹ (Weitzer, 2010, p. 9-10).

Por fim, Weitzer se aproxima da teoria de Bernstein (2007) e de Bigot (2009) ao afirmar que o fortalecimento da prostituição *indoor*, gerado pela repressão do Estado às formas de trabalho sexual mais públicas e estigmatizadas, como a das *streetwalkers*, estimulou uma forma de trabalho que envolve mais afeto e intimidade, uma vez que as interações passam a ser mais longas e recíprocas, e “o cliente padrão quer afeto ou amor o tanto quanto quer sexo” (Weitzer, 2010, p. 11 – tradução minha¹⁰).

Desenvolvimento da Internet e seu impacto na atividade

Um dos fatores mais negligenciados nos trabalhos que buscam analisar as transformações no trabalho sexual nas últimas três décadas é o impacto da emergência da internet e das redes social e sua relação com essas transformações. A partir da popularização da internet, podemos nos perguntar, por exemplo, como a emergência

prostitution and present a challenge to those writers and activists who embrace monolithic paradigms. Victimization, exploitation, choice, job satisfaction, self-esteem, and other dimensions should be treated as variables (not constants) that differ between types of sex work, geographical locations, and other structural and organizational conditions”.

⁸ Há países que reprimem as prostitutas, como a França, e outros que reprimem os clientes, como a Suécia, a título de exemplo.

⁹ Observar tabela adiante, onde Weitzer resume essas questões.

¹⁰ “The average customer wants affection or love as well as sex” (original).

dessa forma de comunicação transformou a negociação entre prostitutas e clientes. Outra questão mais importante ainda, segundo Bernstein, seria quais são as conexões entre o surgimento de uma nova concepção mais “respeitável” de trabalho sexual (sobretudo para a prostituição *indoor*) e os novos grupos de indivíduos que passaram a se engajar no trabalho sexual a partir do surgimento da internet (como, por exemplo, mulheres das classes médias) (Bernstein, 2007, p. 74).

Para Bernstein (2007), a popularização da internet permitiu a entrada, sem grandes riscos morais, de novos contingentes de mulheres, sobretudo brancas e privilegiadas econômica e academicamente, no mercado sexual. Ao contrário do passado, onde prostituir-se implicava obrigatoriamente na própria exposição pública nas ruas, sempre sujeita às condenações sociais, morais e policiais, a emergência da internet, com seus sites, fóruns e aplicativos, permitiu a uma nova multidão de mulheres oferecerem sexo sem grandes riscos, protegidas pelo anonimato da rede ou pela discricção dos contatos mediados pelo universo eletrônico.

A internet criou uma “clivagem digital” (Bernstein, 2007b, p.479) dentro do universo da prostituição, uma vez que aprofundou ainda mais a separação entre as prostitutas de rua, mais pobres, sem acesso aos meios digitais, e as prostitutas das classes médias, cada vez mais ligadas ao universo eletrônico, uma vez que a internet facilitou a circulação de informações entre clientes e colaborou na formação de redes de conhecimentos entre as mulheres que trabalham com sexo.

Uma outra vantagem que a internet proporcionou, para além da contribuição do fluxo de informações, foi o enfraquecimento da cafetinagem (Bernstein, 2007b, p.479), uma vez que ela estimulou um fluxo cada vez maior de mulheres que deixaram as boates e bordéis e que começaram a trabalhar por conta própria, a partir de anúncios na rede. A partir de anúncios em sites e fóruns de internet as prostitutas, sobretudo da classe média, além de descartarem uma série de intermediários entre elas e os clientes, passaram assim a arrecadar mais dinheiro com seu trabalho, além de reduzirem o estigma ligado à atividade, uma vez que não trabalhavam mais em estabelecimentos de prostituição, mas sim em hotéis, motéis ou em suas casas.

Além disso, a multiplicação de sites relacionados ao trabalho sexual favoreceu um forte aumento da especialização na atividade. Assim, os clientes puderam ter acesso a informações e anúncios mais ligados às suas preferências pessoais. Por exemplo, observa-se que a maioria dos sites de prostituição possui filtros, onde os clientes podem selecionar suas características preferidas: morenas ou loiras, mais jovens ou mais

velhas, asiáticas, negras, entre outras inúmeras possibilidades. A forma como as informações vão sendo filtradas na internet também facilitou uma especialização não apenas a partir das características das mulheres, mas também a partir de suas habilidades: terapeutas tântricas, massagistas eróticas, sadomasoquistas, entre muitas outras possibilidades (Bernstein, 2007b, p.480).

Koken, Bimbi e Parsons, ao discutirem em seu artigo *Male and Female Escorts: A Comparative Analysis* as mudanças sofridas pelo mercado do sexo nos últimos anos, fizeram um bom resumo do impacto da internet sobre a atividade: